



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Procuradoria-Geral de Justiça
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

EDITAL

EDITAL PGJ Nº 2, DE 23 DE JUNHO DE 2026

CHAMADA DE ARTIGOS Nº 2/2026
REVISTA DO MPDFT - EDIÇÃO TEMÁTICA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de processo seletivo de artigos para a edição de 2026, conforme as normas estabelecidas abaixo neste Edital.

1. Objeto

A Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Revista do MPDFT) destina-se à publicação de artigos jurídicos e matérias correlatas produzidos por membros e servidores do MPDFT, bem como por colaboradores externos.

1.1 Esta edição é dedicada à memória do Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa de Alencastro, em reconhecimento à sua trajetória institucional, ao seu legado de excelência, ética e devoção à Justiça, bem como à sua contribuição ao Ministério Público e à sociedade, notadamente para o fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro perante os Tribunais

Superiores.

1.2 Esta edição selecionará trabalhos inéditos sobre a temática Recursos nos Tribunais Superiores, cujo conteúdo possa contribuir para a reflexão, o debate e a disseminação de conhecimento relevante sobre o tema, com vistas ao fortalecimento da atuação ministerial.

2. Temática

Serão aceitos trabalhos inéditos que abordem **Recursos nos Tribunais Superiores**, em perspectiva teórica ou aplicada, incluindo, entre outros, os seguintes enfoques:

I – Recursos Especial e Extraordinário;

II – Embargos de Divergência, Agravo, Reclamação, Recurso Ordinário;

III – Filtros de admissibilidade recursal;

IV – Repercussão geral e recursos repetitivos;

V – *Amicus curiae*;

VI – Superação de precedentes (*overruling*) e a modulação dos efeitos das decisões;

VII – Mecanismos de uniformização jurisprudencial e segurança jurídica;

VIII – Impacto da inteligência artificial nos julgamentos;

IX – Impacto do *Habeas Corpus* na formação de precedentes;

X – Atuação estratégica do Ministério Público na formação de precedentes qualificados;

XI – Legitimidade recursal e atuação dos Ministérios Públicos Estaduais nos Tribunais Superiores.

3. Submissão

3.1 As submissões deverão ser realizadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Revista do MPDFT disponível em <https://revista.mpdft.mp.br/index.php/publicacoes/about/submissions>.

3.2 As regras detalhadas de formatação, extensão dos trabalhos e demais requisitos encontram-se disponíveis no sítio

eletrônico da Revista nas [Diretrizes aos Autores](#).

3.3 Conforme previsto no art. 11 da Política Editorial (Portaria Normativa PGJ/MPDFT n. 1.175/2026), admite-se a inclusão de trabalhos convidados, mediante aprovação do Conselho Editorial, com o objetivo de assegurar a contribuição de autores de reconhecida excelência científica ou institucional, ampliando a qualidade e o impacto da Revista.

3.4 O arquivo do artigo (formato .docx) não poderá conter a identificação dos autores para garantir a imparcialidade da avaliação. Os dados de autoria e da situação acadêmica devem constar apenas na folha de rosto separada.

4. Da análise dos textos

4.1 Os textos serão avaliados pelo corpo de pareceristas da Revista do MPDFT, sem identificação dos respectivos autores, pelo sistema *double blind peer review* (revisão duplo-cega), que garante o anonimato de autores, pareceristas e demais responsáveis pelo processo de avaliação.

4.2 O Conselho Editorial da Revista poderá aceitar ou vetar qualquer original recebido que não esteja de acordo com as normas editoriais da Revista, bem como propor e/ou efetuar eventuais alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical para adequação dos textos, respeitando, porém, o estilo dos autores. O material recebido e não publicado, bem como as provas finais, não será devolvido aos autores.

4.3 As deliberações do Conselho Editorial da Revista serão comunicadas por meio da plataforma OJS (Open Journal Systems).

5. Disposições gerais

5.1 A submissão implica concordância com as normas da Revista e cessão dos direitos de publicação ao MPDFT.

5.2 Não haverá remuneração autoral ou pagamento de direitos autorais pela licença de publicação.

5.3 As opiniões expressas nos trabalhos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

5.4 Casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

6. Prazo para apresentação dos artigos

Os artigos deverão ser submetidos pelo sistema OJS até o dia 31 de agosto de 2026.

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

Composição do Conselho Editorial

Conselho Editorial Científico

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Presidente do Conselho Editorial Científico da Revista do MPDFT
Promotora de Justiça

Dermeval Farias Gomes Filho

Promotor de Justiça

Fabiana De Assis Pinheiro

Promotora de Justiça

Flávio Augusto Milhomem

Promotor de Justiça

Pedro Thomé De Arruda Neto

Promotor de Justiça

Roberto Carlos Batista

Procurador de Justiça

Roberto Carlos Silva

Procurador de Justiça

Thiago André Pierobom De Ávila

Promotor de Justiça

Valmir Soares Santos

Promotor de Justiça

Conselho Editorial Executivo

Cinara Maria Carneiro Rocha

Analista do Ministério Público

Fabíola De Carvalho Vaisman

Analista do Ministério Público

Maria Fernanda Guarnier

Técnica do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça**, em 30/06/2026, às 15:18, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3820215** e o código CRC **40E4A2C9**.

